

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.811.310 - SP (2019/0118478-1)

RELATOR : MINISTRO RAUL ARAÚJO
AGRAVANTE : LAERCIO RODRIGUES DE AQUINO
ADVOGADOS : SILAS BETTI - SP286351
ROBERT LUIZ SACILOTTO - SP286331
THAIS DA SILVA GALLO SACILOTTO - SP286418
AGRAVADO : UNIMED DE SANTA BARBARA DOESTE AMERICANA COOP
TRAB MED
ADVOGADOS : TATIANA MACHADO CUNHA SARTO - SP229310
ELESSANDRA MARQUES BERTOLUCCI - SP189219

DECISÃO

Trata-se de agravo interno, interposto por **LAERCIO RODRIGUES DE AQUINO**, contra decisão monocrática, acostada às fls. 365-368, que deu provimento ao recurso especial, interposto pela agravada, para determinar que o ora agravante arque com a integralidade do pagamento referente ao plano de saúde em comento, nos termos da jurisprudência desta Corte, observando-se os reajustes e modificações do plano reenquadrado.

Em suas razões, o agravante alega *que em decisões no final do ano de 2018, o colegiado da 'Terceira Turma deste STJ', tem decidido no sentido de ser vedado a 'separação das massas de ativos e inativos', ou em outras palavras, é 'proibido a aplicação de valores diferenciados para empregados ativos e inativos'.*

A agravada apresentou impugnação às fls. 389-398.

É o relatório.

Considerando as razões apresentadas no agravo interno, tem-se que a decisão agravada merece ser reconsiderada.

Como relatado, a decisão ora agravada acolheu o recurso especial da parte agravante, reformando o acórdão proferido pelo Tribunal de origem, por entender pela legalidade da opção da operadora de plano de saúde pela separação das categorias entre ativos e inativos.

Assim, o presente caso envolve a definição de quais condições assistenciais e de custeio do plano de saúde devem ser mantidas a beneficiários inativos, nos termos do art. 31 da Lei 9.656/1998, cujo tema foi afetado recentemente.

Contudo, semelhante discussão foi afetada pela eg. Segunda Seção, nos autos do **REsp n. 1.818.487/SP**, REsp n. 1.816.482/SP e REsp n. 1.829.862/SP, em acórdãos publicados em 5/11/2019, a serem julgados pelo rito do art. 1.036 do CPC/2015. Neste momento, convém destacar a ementa do acórdão do primeiro processo, salientando que as demais ementas possuem a mesma redação:

"PROPOSTA DE AFETAÇÃO. RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. PLANOS DE SAÚDE COLETIVOS. EX-EMPREGADO E DEPENDENTES. APOSENTADORIA OU DEMISSÃO SEM JUSTA CAUSA. PERMANÊNCIA NO RESPECTIVO PLANO. CONDIÇÕES ASSISTENCIAIS E CUSTEIO.

1. Delimitação da controvérsia: Definir quais condições assistenciais e de custeio do plano de saúde devem ser mantidas a beneficiários inativos, nos termos do art. 31 da Lei n. 9.656/1998.
2. RECURSO ESPECIAL AFETADO PARA JULGAMENTO PELO RITO DOS RECURSOS REPETITIVOS."

(ProAfR no **REsp 1.818.487/SP**, Rel. Ministro ANTÔNIO CARLSO FERREIRA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 29/10/2019, publicado em 5/11/2019)

Nesse contexto, tem-se que a questão discutida nestes autos está afetada ao rito dos recursos repetitivos, registrada como "Tema Repetitivo n. 1.034", e encontra-se pendente de julgamento.

Assim, é imperiosa a devolução dos autos ao Tribunal *a quo*, consoante determina o art. 256-L, I, do RISTJ, que assim dispõe: "*Publicada a decisão de afetação, os demais recursos especiais em tramitação no STJ fundados em idêntica questão de direito: I- se já distribuídos, serão devolvidos ao Tribunal de origem, para nele permanecerem suspensos, por meio de decisão fundamentada do relator*", para observância da sistemática dos recursos repetitivos.

Diante do exposto, dou provimento ao agravo interno para reconsiderar a decisão agravada, tornando-a sem efeito, e determinar a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a devida baixa, para que, o recurso especial permaneça suspenso até a publicação do acórdão paradigma, nos termos do art. 1.037, II, do Código de Processo Civil de 2015, devendo ser analisado, em seguida, o procedimento dos arts. 1.040 e 1.041

Superior Tribunal de Justiça

do CPC/2015.

Publique-se.

Brasília (DF), 12 de novembro de 2019.

Ministro RAUL ARAÚJO
Relator